



Aprovado o fim do bloqueio de verbas para fundo de segurança

Projeto impede o contingenciamento de recursos, que tem sido usado como instrumento de ajuste fiscal para alcançar equilíbrio orçamentário



Eunício Oliveira acompanha pronunciamento de Simone Tebet, relatora de projeto que impede contingenciamento de recursos de financiamento do combate ao crime

Projeto que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

A proposta de Flexa Ribeiro, que segue agora para a Câmara dos Deputados, faz parte do pacote de segurança pública definido como prioridade pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e pelas lideranças partidárias.

Segundo a relatora, senadora Simone Tebet, os cortes no fundo de segurança têm chegado a 50%. O fundo financia projetos de combate à violência, como ações de inteligência e treinamento de policiais. **3**

Para Banco Central, inflação está sob controle deste ano até 2020

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse que a instituição trabalha com a previsão de inflação sob controle e convergindo para a meta neste e nos próximos dois anos. Em audiência na Comissão de

Assuntos Econômicos ontem, ele afirmou que o índice de inflação, medido pelo IPCA, deve fechar em 3,8% em 2018, 4,1% em 2019 e 4% em 2020. Os senadores cobraram quedas no juro ao consumidor. **5**



Ilan Goldfajn fala sobre a política monetária do país, ao lado de Tasso Jereissati



Cristiane Mazzetti, do Greenpeace, Paulo Moutinho, do Ipam, e Capiberibe

Projeto de desmatamento zero é defendido em audiência

Participantes de audiência disseram ontem que a proposta de desmatamento zero, que proíbe o corte de floresta nativa em todo o Brasil, não inviabiliza o desenvolvimento econômico e a expansão do

agronegócio, que já dispõe de terras suficientes para produzir sem desmatar. Hoje o Código Florestal permite alguma supressão de vegetação mediante autorização de órgão ambiental. **8**

Garantia de um ano para software e game é rejeitada **7**

Parlamentares condenam prisão de Lula em debate **8**

Comissão deve visitar Roraima para ouvir imigrantes **2**

Bezerra apresenta relatório para MP sobre pré-sal **4**

Encartado nesta edição, o boletim Monitor Fiscal

Debatedores criticam fim de fábricas de fertilizante

A decisão da Petrobras de fechar fábricas de fertilizantes nitrogenados na Bahia e em Sergipe foi criticada por representantes dos governos dos dois estados, do agronegócio e do sindicato dos petroleiros em audiência ontem na Comissão de Agricultura. Eles questionaram a alegação de que as unidades dão prejuízo e prometeram se mobilizar, com parlamentares, para impedir o fechamento. **6**



José Augusto Carvalho, Ivo Cassol e Coaraci de Castilho em audiência

Papel da Justiça Eleitoral de julgar disputa partidária segue à Câmara

O Senado aprovou ontem um projeto que define como competência da Justiça Eleitoral julgar ações sobre disputas intrapartidárias. A proposta, de Romero Jucá, busca evitar discrepâncias na análise dessas ações, hoje julgadas pela Justiça comum. **3**

Educadores querem tornar carreira docente mais atrativa

O Brasil precisa aumentar o salário, aperfeiçoar a formação dos professores e melhorar o ambiente escolar, disseram especialistas em audiência na Comissão de Educação. Para eles, a carreira docente está longe de atrair os melhores profissionais. **4**

Comissão sobre apoio a imigrantes visitará Roraima

Colegiado que analisa a medida provisória com medidas emergenciais de assistência apresentou ontem seu plano de trabalho, que inclui três audiências públicas para ouvir governo e sociedade

PRESIDIDA POR PAULO Paim (PT-RS), a comissão mista responsável por analisar a medida provisória que define ações emergenciais para o acolhimento de imigrantes (MP 820/2018) aprovou ontem seu plano de trabalho, que prevê reuniões em Roraima. A intenção é visitar os locais em que estão os imigrantes e ouvir os principais setores do governo e da sociedade, além de organizações internacionais envolvidas no atendimento aos venezuelanos.

— A viagem ao estado de Roraima deverá ser a primeira atividade da comissão mista, para que os parlamentares possam reunir elementos e informações no local para subsidiar as audiências públicas — afirmou o relator da comissão, deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR).

Assistência

A MP 820/2018 define as providências de assistência aos imigrantes em situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos venezuelanos que estão chegando ao Brasil,



Jhonatan de Jesus, Paim e Bruna Furlan explicam cronograma de trabalho

devido à crise humanitária no seu país de origem.

No Senado, serão realizadas três audiências públicas. A primeira tem como propósito ouvir os representantes dos ministérios que integram o Comitê Federal de Assistência Emergencial. A criação do comitê é uma das ações previstas no texto da MP. Ele será integrado por 12 ministros e tem o objetivo de coordenar as políticas públicas a serem adotadas no atendimento aos imigrantes. Estas políticas deverão ser voltadas para a proteção social, atenção à saúde, garantia de direitos humanos, logística de distribuição de insumos, entre outras.

O segundo debate da comis-

são mista contará com a participação de representantes de organizações internacionais e de embaixadas cujos países têm tradição de envolvimento com a questão migratória. A última discussão será destinada a ouvir representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, de universidades federais e entidades da sociedade civil.

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), vice-presidente da comissão, ressaltou a necessidade de cumprimento das ações emergenciais propostas pela medida. Ela afirmou que, devido ao aumento do fluxo migratório em Roraima, há uma grande pressão sobre os serviços públicos locais.

Colegiado debate transparência no Sistema S

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CFTC) promove audiência hoje para discutir a transparência no uso dos recursos e em demais assuntos relacionados ao Sistema S.

O sistema reúne organizações das entidades patronais voltadas para o treinamento profissional, assistência social,

consultoria, pesquisa e assistência técnica, como o Sesc, o Senai, o Sesi e o Senac.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO), presidente da comissão e autor do pedido de audiência, explicou que o objetivo é “jogar luz sobre a aplicação de recursos públicos usados pelo sistema”, oriundos de contribuições sociais.

Entre os convidados, estão

o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Clésio Andrade; e o procurador do Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira.

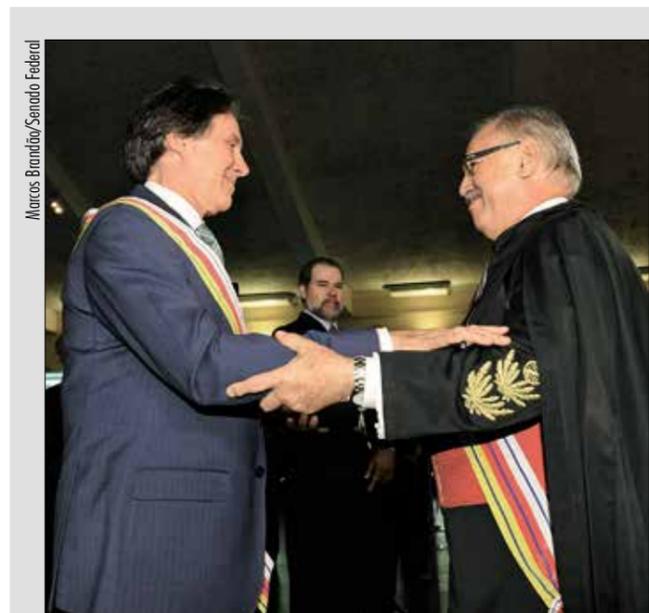
Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

Comitiva do Senado australiano visita Eunício Oliveira

Uma comitiva de parlamentares australianos, acompanhados da senadora Ana Amélia (PP-RS), visitou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira. O objetivo da visita é intensificar a diplomacia parlamentar, fortalecendo a cooperação entre os Legislativos e promovendo o debate de temas comuns.

Os parlamentares falaram sobre democracia e o sistema político dos dois países, mostrando-se preocupados com as chamadas *fake news*.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Marcos Bramilho/Senado Federal

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem do ministro-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), José Coelho Ferreira, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar no grau grã-cruz, medalha concedida pelo STM. A condecoração foi entregue a autoridades, personalidades e instituições que prestaram serviços relevantes àquela Corte.

HÁ 30 ANOS

Constituinte define atribuições do Judiciário e acelera votações

A Assembleia Nacional Constituinte definiu, em primeiro turno, as atribuições do Poder Judiciário, anunciava o *Jornal da Constituinte* de 11 de abril de 1988. O Supremo Tribunal Federal assumiria a postura de corte constitucional e seria criado o Superior Tribunal de Justiça. O jornal informava também o novo cronograma de votação, destinado a acelerar ainda mais os trabalhos. As sessões ocorreriam em todos os dias da semana, incluindo sábados e domingos.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte42>

Torres do Congresso Nacional vão relembrar o Holocausto

A partir de hoje o edifício do Congresso terá suas duas torres iluminadas com a frase “Holocausto Nunca Mais”. A iniciativa é do Museu do Holocausto de Curitiba e da Confederação Israelita do Brasil e conta com o apoio de Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O Holocausto é como ficou conhecido o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, por meio de um programa sistemático de extermínio étnico, patrocinado pelo Estado nazista, liderado pelo ditador Adolf Hitler e pelo Partido Nazista

Alemão. O assassinato em massa de judeus não ocorreu só na Alemanha, mas nos países que apoiaram o Eixo e nos territórios ocupados pelo Terceiro Reich durante a guerra.

Na Câmara

A exposição *Shoa — o Holocausto: como foi humanamente possível?*, que termina hoje, pode ser visitada no corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara. A mostra é organizada pelo Centro Mundial de Lembrança do Holocausto, em Israel.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CAS Contratos de planos de saúde
9h Entre 16 itens, o PLS 433/2011, que modifica regra de rescisão contratual por inadimplência dos contratos de planos de saúde.

CDR/CE Rádios comunitárias
9h Audiência conjunta para debater isenção às rádios comunitárias de pagamento de taxas ao Ecad.

CFTC Sistema S
9h Audiência interativa para discutir transparência no uso de recursos e demais assuntos relacionados ao Sistema S.

CJ Conselho Nacional de Justiça
10h Sabatina de Humberto Eustáquio Martins, indicado para compor o CNJ. Na sequência, deliberativa com 25 itens, entre eles, o PLS 157/2016, que aumenta a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa.

MP 819/2018 Basílica na Palestina
10h Continuação de análise do relatório.

CDH Brinquedos adaptados
14h Na pauta de 19 itens, o PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em shoppings.

MP 818/2018 Desenvolvimento urbano
14h Audiência pública. Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres é um dos convidados.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
14h Na pauta, o PLC 102/2017, que inclui a educação alimentar e nutricional nos currículos dos ensinos fundamental e médio, respectivamente.

CÓDIGO COMERCIAL Função social
14h30 Audiência interativa sobre processo empresarial, a função social da empresa e operações societárias. Professores da UnB e da USP entre os convidados.

MP 813/2017 PIS/Pasep
14h30 Análise do relatório.

MP 811/2017 Petróleo do pré-sal
15h Análise do relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

Fundo de segurança não terá verba bloqueada

Projeto aprovado ontem impede o contingenciamento de recursos para uma série de programas de combate ao crime, como ações de inteligência e treinamento de polícias

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O PLS 90/2007 — Complementar, que tem objetivo de reduzir a violência e o nível de insegurança da população, segue para a Câmara dos Deputados.

A proposta faz parte do pacote de segurança pública definido como prioridade pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, em conjunto com as lideranças partidárias.

Do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o texto foi analisado em conjunto com outras 28 propostas. Mas os senadores aprovaram um requerimento para votar o texto separadamente, sem os outros projetos.

Ajuste fiscal

O contingenciamento de recursos tem sido usado como instrumento de ajuste fiscal, para o equilíbrio orçamentário entre as receitas e as despesas públicas. Após a publicação do Orçamento, o Executivo tem 30 dias para estabelecer a programação financeira. Como grande parte dos recursos não é de execução obrigatória, muito do previsto no Orçamento acaba não sendo cumprido.

O texto original alteraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo a segurança pública entre as despesas que não podem ser objeto de limitação. A pedido de Flexa, a relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), mudou o projeto para proibir apenas o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que não inclui todos os recursos orçamentários da área. De acordo com a



Ao lado de Ataídes Oliveira, Eunício preside a sessão que proibiu o contingenciamento

senadora, os cortes nesse fundo têm chegado a 50% nos últimos dez anos.

— Todos os governos que passaram contingenciam. De 2012 a novembro de 2017, incluindo os restos a pagar, deixaram de ser usados R\$ 2 bilhões dos R\$ 4 bilhões que poderiam ser gastos — disse Simone.

Flexa explicou que o projeto era muito amplo quanto aos recursos que não poderiam ser contingenciados e disse que o fundo é a área que mais sofre com os cortes.

— É importante que, no momento em que se passa essa onda de violência, que é no Brasil todo, a gente possa trazer aqui mais um elemento para dar ajuda aos governos estaduais, para que eles possam também realizar ações de investimento — afirmou Flexa.

O FNSP apoia projetos na área de

segurança pública e de prevenção à violência destinados, entre outras finalidades, a sistemas de informação, inteligência e investigação e a programas de polícia comunitária. Outro objetivo previsto em lei é treinar, reequipar e qualificar as polícias.

— O contingenciamento só fez com que nossas polícias ficassem cada vez mais desequipadas e cada vez mais inseguras — disse o senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Repasse regular

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) também se manifestou a favor do projeto, mas disse que é preciso garantir o repasse regular de recursos

aos estados. Para isso, ele defendeu a aprovação do PLS 698/2011, que prevê o repasse mensal.

— Cada estado saberá no início do ano como será feita a repartição dos recursos definidos no Orçamento do ano anterior — disse.

Os senadores Reguffe (sem partido-DF) e Paulo Rocha (PT-PA) defenderam a proibição de contingenciamento também para áreas sociais, como saúde e educação. O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) chegou a apresentar uma emenda para incluir os recursos para educação no texto, mas a emenda foi rejeitada pela relatora.

Emenda

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) votaram a favor do projeto, mas disseram que é preciso alterar também a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos.

— A emenda, hoje, é um dos elementos limitadores de qualquer tipo de investimento. Na prática, acaba possibilitando que se continue a ter contingenciamentos de recursos da educação, da saúde e da segurança pública — lamentou Randolfe.

Durante a votação do requerimento de urgência para o projeto, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, lembrou a preocupação da Casa com o tema.

— Aprovar neste momento um projeto que proíbe contingenciamento em uma área tão sensível a todos os brasileiros como a segurança pública é importante para que a gente possa dar a condição de que o Brasil volte a ter tranquilidade — afirmou.

Vai à Câmara competência da Justiça Eleitoral para julgar ações partidárias

Um projeto que estabelece como competência da Justiça Eleitoral julgar ações que tratam sobre disputa intrapartidária foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para a análise da Câmara dos Deputados.

O objetivo do PLS 181/2017, de Romero Jucá (PMDB-RR), é levar para a Justiça Eleitoral as disputas internas dos partidos que hoje são julgadas na Justiça comum. Para Jucá, o julgamento pela Justiça comum gera discrepâncias no sistema, tanto pela especificidade das questões eleitorais quanto pela inadequação de prazos estabelecidos no processo comum.

“É à Justiça Eleitoral, ramo

do Judiciário criado para disciplinar questões relativas ao funcionamento dos partidos, que cabe a competência para exame e decisão sobre conflitos que repercutam no processo das eleições”, defende Jucá.

A proposta estabelece que o julgamento de questões internas dos partidos poderá caber ao Tribunal Superior Eleitoral, aos tribunais regionais eleitorais ou a um juiz eleitoral. Essa definição dependerá de qual instância do partido tiver originado o ato contestado: órgão nacional, estadual/regional ou municipal/zonal.

A proposta admite ainda a apresentação de ação rescisó-

ria para reverter decisões finais do TSE sobre inelegibilidade de agentes políticos.

Ficha Limpa

Durante a votação, Cristovam Buarque (PPS-DF) chegou a manifestar voto contrário em razão desse dispositivo do projeto que, para ele, prejudicaria a Lei da Ficha Limpa.

— Tem um “jabuti” aí dentro. Esse projeto abre brecha para que candidatos ficha-suja disputem a eleição — alertou.

Ele se referia a uma modificação feita pelo texto no Código Eleitoral, que trata dos recursos de políticos cassados e que tenham sido declarados

inelegíveis. Na análise de Cristovam, a redação dava a entender que esses políticos poderiam concorrer sem impedimentos nas eleições seguintes.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que o dispositivo não afeta casos enquadrados na Ficha Limpa. Segundo ela, o trecho trata da situação dos políticos enquanto recorrem da cassação.

Jucá sugeriu uma emenda de redação para deixar explícito que o projeto não alcançará os casos que se enquadram na Lei da Ficha Limpa. Vanessa incluiu a mudança e os senadores acataram a solução.

Dois projetos saem da pauta do Plenário e voltam para comissões

Dois projetos que estavam na pauta do Plenário retornaram para análise das comissões. O texto que obriga a criação de bibliotecas nas escolas públicas (PLC 28/2012), por requerimento de Lasier Martins (PSD-RS), será analisado

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também por requerimento de Lasier, o projeto que muda o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (PLS 502/2013) vai passar pela Comissão de Transparência (CTFC).

Senado aprova indicação de novo representante do Brasil na OEA

O Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Fernando Simas Magalhães para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja sede fica em Washington. O nome

do diplomata recebeu 55 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Magalhães entrou na carreira diplomática em 1979 e, desde então, ocupou, entre outros postos, o de ministro-conselheiro e encarregado de negócios junto à OEA.

RÁPIDAS

ELMANO FÉRRER DEIXA O PMDB E VAI PARA O PODEMOS

Elmano Férrer (PI) deixou o PMDB e passa a integrar a bancada do Podemos. O ofício enviado pelo senador à Mesa do Senado foi lido por João Alberto Souza (PMDB-MA), que presidia o início da sessão deliberativa de ontem.

CONGRESSO RECEBE EXPOSIÇÃO INTERATIVA DO IBGE ATÉ DIA 22

Servidores e visitantes do Congresso podem conferir, até 22 de abril, a exposição *O IBGE Mais Perto de Você*, montada no Salão Negro. A mostra permite, por meio de um mapa interativo, percorrer mais de 8 milhões de quilômetros do território brasileiro. Para o presidente do IBGE, Roberto Olinto, o mapa deve ser considerado como uma manifestação simbólica de um momento em que o IBGE se aproxima da Câmara dos Deputados e do Senado. — Este enorme mapa é um pequeno exemplo dessa aproximação. Que ele possa se tornar perene e que o nosso produto seja cada vez mais exposto aqui. O mapa interativo revela que, entre 2012 e 2014, cerca de 4,6% do território brasileiro sofreu algum tipo de alteração na cobertura, com a expansão da agricultura, das pastagens com manejo e das áreas artificiais. As florestas sofreram redução de 0,8% no período. Também estão disponíveis computadores para navegação nas ferramentas digitais do IBGE.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Presidente da comissão, Lúcia Vânia (E) acompanha debate sobre formação de professores, dirigido por Marta (C)

Professor precisa de salário e formação, aponta debate

Educadores defenderam em audiência mudanças na carreira docente para torná-la mais atrativa. Avaliação de cursos e profissionais também foi sugerida como ferramenta para melhoria do ensino

ALÉM DE AUMENTAR salários dos professores e melhorar o ambiente escolar, o país precisa aperfeiçoar a formação desses profissionais, afirmaram educadores em audiência pública ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), 70% dos docentes que fazem pedagogia têm nota abaixo da média do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Baseados em estatísticas como essa, os especialistas em educação que participaram do debate afirmaram que a carreira docente está longe de atrair os melhores profissionais. Menos de 30% dos alunos que fazem pedagogia ou licenciatura

escolhem a docência como principal ocupação.

A diretora de Formação e Desenvolvimento dos Profissionais de Educação Básica do Ministério da Educação, Evilen Campos, afirmou que a Política Nacional de Formação de Professores, ao criar 190 mil bolsas de iniciação à docência, trouxe vantagens para o atual modelo.

— [Trouxe] mais flexibilidade e autonomia ao processo de desenvolvimento dos profissionais — defendeu.

A representante do Movimento Todos pela Educação, Caroline Tavares da Silva, advertiu que não basta formar professores sem melhorar a infraestrutura educacional.

— O professor precisa tanto dar aula em muitos lugares

para complementar o salário que, se a gente não olhar o todo, vai ser difícil conseguir mudanças sistêmicas e estruturantes na profissão.

Avaliação

A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), defendeu a avaliação de cursos e professores como ferramenta fundamental para melhorar o ensino.

— Temos que fazer com os recursos da educação não só sejam aumentados, e podemos lutar para que isso aconteça, mas também que sejam usados com parcimônia, com responsabilidade. E para isso nada melhor do que avaliação.

O valor destinado pelo governo federal à educação em 2017 foi de R\$ 84 bilhões.

Discussão de MP sobre petróleo prossegue hoje

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) apresentou ontem parecer pela aprovação, com mudanças, da medida provisória que permite à Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) comercializar diretamente o petróleo de propriedade da União extraído do pré-sal.

A lei de criação da PPSA obrigava a estatal a contratar uma empresa intermediária para realizar essa venda. Foi concedido pedido de vista coletivo do relatório, que será discutido hoje, a partir das 15h. Caso não haja consenso sobre o texto, a votação da MP 811/2017 deverá acontecer na próxima semana.

O relatório autoriza a União, por meio da PPSA, a determinar a realização de leilões de refino de petróleo em território nacional, com o objetivo de ampliar a cadeia de refino e evitar o perigo de desabastecimento de combustíveis.

O relator argumentou que, por falta de refinarias para processar o petróleo e de infraestrutura para importá-lo,



Relator, Bezerra está preocupado com racionamento de combustível

o Brasil correria um alto risco de sofrer racionamento de combustíveis a partir de 2025.

Além disso, o relator acatou emenda do deputado André Moura (PSC-SE), que segundo ele, tem o objetivo de tornar mais vantajoso para a União o regime de partilha de produção previsto na Lei 12.351/2010, a qual faz parte do marco regulatório do pré-sal. A emenda abre a possibilidade de a União receber pagamento em dinheiro, a título de bônus, pelo excedente em petróleo produzido nesse regime. Hoje, a União

recebe em hidrocarbonetos.

O parecer autoriza que a política de comercialização de gás natural destine recursos também para fins não energéticos — e não apenas energéticos, como estabelecia o texto original da MP.

O relator e o presidente da comissão mista da MP 811, deputado Julio Lopes (PP-RJ), sugeriram inicialmente que a medida já fosse votada ontem. Porém, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) argumentou que seria preciso mais tempo para analisar o relatório.

— Nós queremos ter clareza de que não haverá prejuízos para a Petrobras e para a produção de petróleo do Brasil. Essa é a preocupação fundamental.

O presidente e o relator da comissão concordaram com a proposta de Pellegrino para que, caso não haja consenso, o relatório seja apenas discutido hoje e votado na próxima semana.

Com Agência Câmara

Comissão aprova integração de servidores de ex-territórios

A medida provisória que regula a integração de servidores dos antigos territórios de Amapá, Rondônia e Roraima aos quadros da União foi aprovada ontem pela comissão mista que analisa a MP 817/2018. O texto foi aprovado na forma de um projeto de lei de conversão (PLV), incorporando as mudanças propostas pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

Alguns pontos não têm a garantia de ser acatados pelo governo, explicou Jucá, como a chamada dos novos concursados e as vantagens de alguns militares.

Até 1998, os antigos territórios eram administrados pelo governo federal e tecnicamente classificados como autarquias. Além disso, havia o caso dos militares lotados nesses territórios, em áreas de fronteira. Com a Constituição

de 1988, os territórios foram extintos e os servidores civis e militares, incorporados aos novos estados e municípios, em um processo que criou conflitos.

As Emendas Constitucionais 19, 60 e 98, que reconheceram o direito dos antigos servidores civis e militares, ainda dependiam de regulamentação, objeto da MP 817.

João Capiberibe (PSB-AP) declarou-se satisfeito com o texto aprovado, considerando uma vitória dos servidores dos antigos territórios.

Agora, o texto seguirá para a análise da Câmara dos Deputados e em seguida para o Senado. Paralelamente, Jucá disse que tentará um acordo com o governo sobre os pontos aprovados que não chegaram a ser negociados com os ministros do Planejamento e da Fazenda.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romero Jucá relatou o texto da medida provisória na comissão

Aprovado prazo maior para empresa reinvestir em inovação

As empresas brasileiras de tecnologia da informação e comunicação (TIC), beneficiadas com incentivos fiscais, terão prazo de até 60 meses para reinvestir parte do seu faturamento bruto em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D). É o que determina a medida provisória 810/2017 aprovada ontem pela comissão mista que analisa o texto.

Relator da MP, o deputado Thiago Peixoto (PSD-GO) ressalta os benefícios da proposta.

— Essa era uma lei da década de 90, Lei da Informática, que não se adequava mais ao mundo moderno em que vivemos, que tem como base tecnologia, conhecimento, informação e inovação.

Então, nós tínhamos que adequar essa lei ao mundo atual — disse o relator.

A medida provisória atualiza duas leis de 1991 (Leis 8.248/1991 e 8.387/1991), que regulamentam o setor, e aumenta o prazo para reinvestimento da isenção fiscal concedida por elas.

As leis concedem incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia, como a redução ou isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de vantagens na contratação pela administração pública. Em contrapartida, as empresas devem investir em pesquisa e desenvolvimento e comprovar esses investimentos.

Com Agência Câmara



Waldemir Barreto/Agência Senado

Deputado Thiago Peixoto e o presidente da comissão, Paulo Rocha

Banco Central prevê inflação baixa e na meta nos próximos três anos

Ilan Goldfajn disse ontem em audiência que Copom deve fazer mais um corte na Selic. Senadores cobraram juro menor para consumidores

O BANCO CENTRAL trabalha com a previsão de inflação sob controle e convergindo para a meta neste e nos próximos dois anos, disse ontem o presidente da instituição, Ilan Goldfajn, que participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo Goldfajn, o índice de inflação, medido pelo IPCA, deve fechar em 3,8% em 2018. São esperados 4,1% para 2019 e 4% para 2020.

O ambiente doméstico da economia, disse o presidente do BC, está ancorado em três momentos positivos: a queda de juros, a redução da inflação e a recuperação consistente da atividade econômica.

— No cenário externo, a situação também é favorável, embora não possamos contar com isso para sempre. O Brasil tem amortecedores robustos e está menos vulnerável a choques externos [...] O país precisa continuar no caminho de ajuste fiscal para manter baixa a inflação e a taxa de juros, bem como a recuperação da economia — afirmou.

Goldfajn avaliou que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve fazer mais um corte na taxa básica de juros (Selic), que está em 6,5%, menor patamar histórico, para depois estabilizar o índice.

— Para reuniões além da próxima [prevista para maio], salvo mudanças adicionais relevantes, o comitê vê como adequada a interrupção do corte de juros. Os próximos vão depender da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação.

O presidente do BC também



Ilan Goldfajn (C) destaca perspectivas econômicas, ao lado do presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (D)

defendeu a autonomia da instituição. Segundo ele, é algo que já existe na prática, mas que precisa ser normatizado. Caso aprovada, disse, resultaria na queda do risco país e do risco estrutural da economia.

— Temos que criar instituições que dependam menos de pessoas e mais de regras.

Bolso do brasileiro

Nos debates, os senadores pressionaram Goldfajn, alegando que consumidores e empresas ainda não sentiram os efeitos da inflação baixa e os juros em queda. Eles cobraram ações do Banco Central para que o brasileiro finalmente sinta no bolso os benefícios de uma conjuntura econômica mais favorável.

— A queda na Selic tem que vir associada à redução dos juros para as famílias. Para as empresas, tem de fato recuado, mas precisa de muito mais, para se dar um alento principalmente à classe média, que vive do cartão de crédito

e no cheque especial. Somos a nona economia do mundo. É importante que a agenda do BC se concentre na diminuição dos juros do cartão e do cheque especial — cobrou o senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Goldfajn afirmou que a taxa de juros bancários está com viés de queda, assim como o *spread*, que é a diferença entre a remuneração paga pelo banco ao aplicador e o quanto a instituição cobra para emprestar o dinheiro.

— Isso não significa que estamos satisfeitos com a velocidade de queda. Queremos redução mais rápida para que tenhamos logo crédito mais barato para famílias e empresas.

O Banco Central, disse ele, tem se empenhado em ações para baixar o custo do crédito, atacando de forma estrutural as causas que o tornam alto no país, como custos operacionais dos bancos, falta de boas garantias, subsídios cruzados,

altos compulsórios, falta de estímulo à concorrência, entre outros fatores.

— Trabalhando com serenidade, vamos avançar [...] Não há atalhos. Não adianta achar que problemas de décadas serão resolvidos de uma hora para outra — disse Goldfajn.

O presidente do BC destacou que algumas medidas dependem do Congresso, como a aprovação do projeto que trata do cadastro positivo de consumidores. O texto já passou pelo Senado e está para ser analisado pela Câmara.

Goldfajn pediu também atenção dos senadores ao PLS 350/2015 — Complementar, que define as competências do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

— Por muitos anos houve divergência sobre quem teria que atuar no sistema financeiro. Agora as responsabilidades já foram bem divididas, sem dúvida, há cooperação total — afirmou.

Projeto em pauta coíbe discriminação salarial por sexo e etnia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar hoje projeto que institui multa para o empregador que praticar discriminação salarial por etnia ou sexo. O texto também estabelece a criação de um cadastro de empresas que praticarem esse tipo de discriminação (PLS 33/2018).

Pelo projeto, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o empregador que incorrer na discriminação deverá pagar multa administrativa de 50% do valor máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), por empregado discriminado.

Ainda segundo o texto, a multa deverá ser dobrada em

caso de reincidência na discriminação por parte de empresa e reduzida pela metade para as pequenas e microempresas.

A proposta entrou na pauta na quarta-feira, quando houve pedido de vista coletivo. Alguns senadores, favoráveis ao projeto, entendem que ele pode ser aprimorado por meio da definição de critérios. Entre eles, fatores como o tempo de experiência e o currículo acadêmico dos funcionários. Foi manifestada ainda a preocupação de sujeitar empresas a multas por meio da legislação, de que o projeto gere desgastes sociais e engessamentos e de que possa dar margem a subjetividades dos fiscais.

Diante dessas manifestações dos senadores, a relatora do projeto, senadora Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM), concordou com o pedido de vista.

Legislação europeia

Na justificativa do projeto, Lindbergh afirma que o texto se baseia em legislações já aprovadas em países como Alemanha, Inglaterra e Islândia. Ele cita dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), segundo os quais o rendimento médio mensal dos homens, em 2015, foi de R\$ 1.913, enquanto o das mulheres foi de R\$ 1.383.

Segundo o documento, médicas recebem em média 64% dos rendimentos de médicos e

mulheres economistas ganham 61% do que ganham, em média, seus colegas homens.

“Se considerarmos o fator racial, a diferença salarial entre brancos e negros é alarmante. Em 2015, considerando todas as rendas, brancos recebiam em média o dobro dos negros: R\$ 1.589 contra R\$ 898 por mês”, pondera.

No relatório, Vanessa lembra que a reforma trabalhista já prevê multa para a discriminação salarial contra negros. Ela considera, porém, que esse dispositivo não é suficiente para coibir a discriminação, pois as punições só virão após a execução do processo “e no Brasil a Justiça é lenta”.

Comissão que analisará MP de novo ministério define agenda

Está marcada para hoje a análise do plano de trabalho da comissão que analisa a medida provisória que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, com o desmembramento do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MP 821/2018).

Entre as principais atribuições da nova pasta, está a integração da segurança pública em todo o país, em cooperação com estados, municípios e Distrito Federal. Também é competência do novo ministério planejar e administrar a política penitenciária nacional.

Pela MP, ficam subordinados ao ministério órgãos como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional. Já o Ministério da Justiça manterá sob sua responsabilidade a Funai e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entre outros órgãos.

A MP será votada pela comissão mista de deputados e senadores e, em seguida, será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Com Agência Câmara

Relatório sobre idade para saque do PIS/Pasep em votação hoje

Deve ser votado hoje em comissão mista o relatório do senador Lasier Martins (PSD-RS) sobre a medida provisória que reduz para 60 anos a idade mínima para saque do PIS/Pasep. A MP 813/2017 é uma reedição da MP 797/2017, que perdeu eficácia porque não foi votada a tempo pelo Congresso no ano passado.

Em agosto, o presidente Michel Temer assinou a MP 797, prevendo a liberação de saque para homens a partir de 65 anos e mulheres a partir de 62 anos. O texto perdeu a validade em 21 de dezembro, sem ter sido votado. Na nova MP, o governo reduziu ainda mais a idade para os saques, que agora será de 60 anos para homens e mulheres.

Tem direito aos recursos do abono o trabalhador do setor que tenha contribuído para o PIS ou Pasep até 4 de outubro de 1988 e que não tenha feito o resgate total do saldo do fundo. A Caixa, responsável pelo PIS, e o Banco do Brasil, administrador do Pasep, fazem o pagamento segundo calendário anual.

Debate: fábricas de insumos não podem fechar

Representantes dos governos da Bahia e de Sergipe, do agronegócio e do sindicato dos petroleiros criticaram decisão da Petrobras de fechar unidades de fertilizantes

O VICE-GOVERNADOR DA Bahia, João Leão, parlamentares e petroleiros do estado e de Sergipe deixaram claro, em audiência ontem na Comissão de Agricultura (CRA), que vão resistir ao anúncio da Petrobras de fechar as fábricas de fertilizantes nas cidades de Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE).

A intenção inicial da Petrobras era fechar as duas fábricas em junho. Negociações empurraram o prazo para outubro, e agora os agentes políticos buscam envolver diretamente o presidente Michel Temer na definição de um novo prazo. Eles dizem que vão tentar se reunir com Temer para pedir a manutenção das fábricas pelo menos até o fim do governo, em dezembro.

Presidente

A reunião com Temer foi proposta por Eduardo Amorim (PSDB-SE), que acredita que, caso o compromisso seja fechado, será possível um novo arranjo a partir do próximo ano a preservação das unidades e das dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos ligados à cadeia produtiva.

— Em outubro, estarão faltando só dois meses para o fim deste governo. O razoável é que se deixe a tomada de uma decisão tão relevante, tão estratégica para o agronegócio e a economia deste país, para o próximo governo, que terá então um horizonte longo

de planejamento e atuação. Tenho certeza que nenhum outro governo fechará estas fábricas — disse o senador.

A direção da Petrobras alega que as fábricas dão prejuízo, mas Amorim e outros participantes da audiência ponderaram que os prejuízos fazem parte de um desmonte proposital que é tocado pela própria companhia.

Resistência

João Leão disse que, em reunião recente com Temer, ouviu do próprio presidente que as fábricas não irão fechar. O problema, segundo Leão, é que esse compromisso estava vinculado ao estabelecimento de um grupo de trabalho que até o momento não foi efetivado.

Ele defendeu que façam parte do grupo representantes dos setores agrícola, industrial e social da Bahia e de Sergipe, além dos governos estaduais. E deixou claro que as autoridades dos dois Estados estão dispostas a resistir ao fechamento, caso a Petrobras insista.

O representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Edivaldo Leandro, afirmou que a categoria ocupará as fábricas, assumirá a gerência e manterá a produção caso a Petrobras decida pelo fechamento. Otto Alencar (PSD-BA) também disse que o povo baiano se opõe e continuará se opondo “radicalmente” ao fim das empresas, e que elas não serão destruídas “pela canetada de um burocrata”.

O prefeito de Laranjeiras, Paulo Hagenbeck (DEM), também acredita que os prejuízos recentes das empresas foram provocados deliberadamente, visando justificar uma futura privatização. Ele e Leão ainda consideram estranho que a direção da Petrobras possa tomar decisões dessa dimensão sem consultar a presidência da República.

Agronegócio

Representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Associação Brasileira da Indústria de Suplementos Minerais (Asbram) também criticaram o fechamento das fábricas.

O presidente da Asbram, Ademar Leal, alertou os produtores rurais que o fecha-

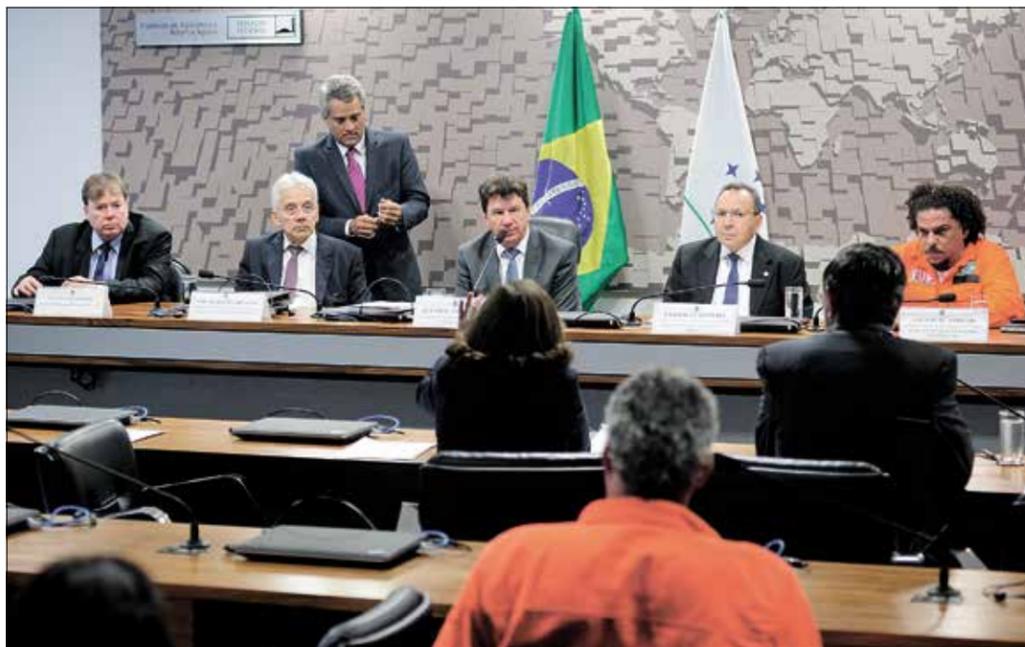
mento das fábricas provocará aumento dos custos para o setor.

O coordenador de Tecnologia da CNA, Reginaldo Minaré, disse que considera muito arriscado depender totalmente do abastecimento externo para fertilizantes. Ele disse ter recebido com espanto a informação de que a Petrobras irá fechar as fábricas.

A manifestação dos representantes do agronegócio, e a solidariedade manifestada a eles pelo chefe de gabinete do Ministério da Agricultura, Coaraci Castilho, chamou atenção de Lídice da Mata (PSB-BA).

— Fica muito claro o isolamento completo da direção da Petrobras no que se refere a este tema. Temos que resistir a esta estratégia de desmonte deste patrimônio estratégico ao país, responsável por uma cadeia com dezenas de milhares de empregos — afirmou a senadora.

Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou que a pecuária passará por um grande retrocesso na produção caso as fábricas sejam fechadas. De acordo com o senador, poderá haver reflexos até na qualidade dos produtos. Ele disse acreditar que o uso de fertilizantes de procedência duvidosa poderá abrir espaço para questionamentos internacionais, uma vez que os concorrentes são ávidos para prejudicar o Brasil na disputa por mercados.



Ivo Cassol (C) comanda audiência pública sobre fechamento de fábricas da Petrobras na Bahia e em Sergipe

Interlegis lança nova oficina no Rio de Janeiro

O ILB faz hoje e amanhã, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a primeira edição de seu mais novo serviço para as Casas legislativas: a Oficina Interlegis Câmara Verde.

O trabalho pretende sensibilizar gestores das Casas legislativas para a importância da responsabilidade socioambiental na realização de contratações, compras ou consumo.

Com 20 horas de duração, a

oficina permitirá a elaboração de um Plano de Logística Sustentável, documento que ajuda os gestores públicos a adequarem os atos administrativos a demandas socioambientais.

Conforme explica o arquiteto Mário Viggiano, coordenador do projeto, o que se espera é que os participantes da oficina saiam capacitados para serem redatores ou chefes de equipe de elaboração de seus próprios planos.

Já são mais de 70 inscritos, entre servidores da assembleia e de legislativos municipais do Rio de Janeiro e outros estados, de órgãos do Executivo e Judiciário locais e de instituições privadas.

Na sexta-feira, um debate sobre a modernização e a sustentabilidade no Legislativo encerrará a programação. O senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) deve participar do evento.

Licença-maternidade pode ficar com pai, se mãe for incapacitada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa amanhã uma pauta de 16 itens. Entre eles, projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que estende ao pai o direito de usufruir o período restante da licença-maternidade, caso a mãe não possa fazê-lo em razão de incapacidade psíquica ou física.

A relatora do PLS 442/2017

é a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Ela afirma que, pelo texto atual da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o direito já é concedido aos pais nos casos em que a mãe morre.

O texto também determina, entre outras mudanças, que o período de licença concedido ao pai não poderá ser inferior a 30 dias.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Rejeitada garantia de um ano para softwares

Projeto da Câmara obriga fabricante de programas de computador e jogos eletrônicos armazenados em mídia digital a oferecer cópia em caso de defeito durante o período

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) rejeitou ontem projeto que propunha estabelecer garantia de um ano para programas de computador e jogos eletrônicos armazenados em mídia digital — como DVD, CD e USB *flash drive* — adquiridos pelos consumidores.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 174/2017 ainda será analisado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em caráter terminativo.

Atendimento

O texto obriga o fabricante do software a oferecer um canal de atendimento para o consumidor requerer cópia do programa no caso de a mídia original sofrer dano durante o período de garantia. A empresa deverá enviar um código para que o cliente possa



Ao lado de Moka (D), o presidente da comissão, Otto Alencar, cujo relatório contra o projeto foi aprovado

baixar o programa pelo seu site ou enviar uma nova mídia no prazo máximo de dez dias.

Em caso de descumprimento da obrigatoriedade de prestar garantia, a pena será compartilhada entre fabricante e fornecedor. Os dois responderão pelo pagamento de multa de dez vezes o valor de venda do produto, que será revertida ao consumidor.

Relator da matéria, Otto Alencar (PSD-BA) avalia que o projeto perdeu oportunidade e relevância diante dos avanços tecnológicos transcorridos entre a apresentação, em 2011, e o momento atual, em que a tendência é o armazenamento de dados, jogos e programas de computador em ambiente virtual.

O senador observa ainda

que o projeto não inova no ordenamento jurídico, visto que artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) já trata da responsabilidade do fornecedor por vício de qualidade que torne o produto impróprio ou inadequado ao consumo. Nesse caso, a lei estabelece que o consumidor pode exigir a substituição do produto por

outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, caso o defeito não seja sanado no período de 30 dias.

Prontuários

Na mesma reunião, os senadores confirmaram, em turno suplementar, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que autoriza o armazenamento eletrônico de prontuários médicos em hospitais.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o PLS 167/2014 contribuirá para modernizar o trabalho das unidades de saúde em todo o país.

Foram lidos ainda relatórios de 13 projetos de decreto legislativo que renovam a concessão para a exploração de serviços de radiodifusão sonora ou de imagens. A votação das propostas foi adiada para a próxima reunião do colegiado.

Comissão de medida sobre planos de desenvolvimento urbano faz audiências públicas

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que altera o prazo para a criação de planos de desenvolvimento urbano no país reuniu-se na segunda-feira em São Paulo e amanhã promove audiência pública em Brasília. Os debates fazem parte do programa de trabalho para análise da MP, proposto pelo relator, deputado Fausto Pinato (PP-SP).

A MP 818/2018 ampliou de três para cinco anos o prazo para a criação de planos de desenvolvimento urbano integrado (PDU) por regiões me-

tropolitanas e aglomerações urbanas. Também aumentou para sete anos — até 2019 — o prazo para elaboração dos planos de mobilidade urbana municipais.

Segundo a lei atual, os municípios com mais de 20 mil habitantes e os que forem obrigados a elaborar Plano Diretor pelo Estatuto da Cidade devem produzir planos de mobilidade urbana compatibilizados com o plano diretor municipal, existente ou em elaboração.

Os planos de desenvolvimento urbano integrado estão previstos no Estatuto da

Metrópole (Lei 13.089/2015) e devem conter uma visão conjunta e integrada de municípios inseridos em uma mesma dinâmica urbana e socioeconômica.

Infraestrutura

Em São Paulo, parlamentares, gestores e especialistas debateram projetos de infraestrutura para os municípios no seminário Mobilidade Urbana, realizado na Assembleia Legislativa.

— Com esta reunião, tentamos destravar a burocracia e dar andamento aos projetos

de mobilidade urbana. Há programas federais que podem, sim, garantir qualidade na mobilidade e na infraestrutura dos municípios — disse Pinato. A presidente da comissão mista, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), também participou do debate.

A audiência de amanhã vai reunir representantes das secretarias de desenvolvimento, infraestrutura e planejamento de Goiás, do Pará e de Pernambuco e de órgãos de planejamento metropolitano de Curitiba e São Paulo. Também devem falar na comissão

integrantes da Frente Nacional dos Prefeitos, do Fórum Nacional de Reforma Urbana, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), da Associação Brasileira de Municípios (ABM), do Observatório das Metrópoles e do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos.

A reunião está marcada para as 14h na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Medeiros acusa JBS de provocar o fechamento de frigoríficos em MT

José Medeiros (Pode-MT) alertou para as consequências sociais do fechamento de vários frigoríficos em Mato Grosso.

O senador atribuiu a situação ao grupo JBS, que comprou empresas do setor e fechou fábricas que geravam empregos e estimulavam a economia em cidades mato-grossenses. Medeiros criticou a política de aplicação de recursos do BNDES em empresas escolhidas como “campeãs nacionais”.

— O capitalismo, quando ele é feito na modalidade de capitalismo de compadres, torna-se um dos piores sistemas econômicos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa critica decisão de ministro do TCU sobre terceirizados

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou decisão do ministro do TCU Bruno Dantas que deu prazo de 15 dias para o poder público se adaptar à nova lei trabalhista.

Com isso, disse a senadora, os órgãos públicos terão de deixar de pagar os valores em dobro para o pessoal que trabalha em feriados e o valor adicional em prorrogações de trabalho noturno.

— O TCU se preocupa em dar 15 dias para que esses contratos sejam adaptados à nova regra trabalhista. E essa nova regra trabalhista nada mais faz do que tirar os direitos dos trabalhadores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Amorim reclama de inauguração de centro inacabado em Aracaju

O senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) criticou a inauguração de um centro de nefrologia inacabado no Hospital de Urgência de Sergipe, em Aracaju. De acordo com ele, um dia após a inauguração, a estrutura da solenidade foi desmontada.

— Como é admissível que a Secretaria de Estado da Saúde inaugure um centro de nefrologia e hemodiálise no Hospital de Urgência de Sergipe e, no dia seguinte, o cenário seja desmontado? Pois é, foi isso que aconteceu. Imagens e vídeos do centro desmontado um dia após a inauguração circularam nas redes sociais no fim de semana.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário Mota rebate Jair Bolsonaro sobre política indigenista

O senador-Telmário Mota (PTB-RR) criticou ontem, em Plenário, o deputado federal Jair Bolsonaro (RJ), pré-candidato a presidente pelo PSL, por declaração dada ao jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual “o que atrapalha o desenvolvimento de Boa Vista é a política indigenista”.

De acordo com Telmário, Bolsonaro, “antes de mais nada, confundiu a capital Boa Vista com o estado de Roraima, o que mostra que o pré-candidato à Presidência da República está mal assessorado e, provavelmente, recebendo orientações de latifundiários”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pastor Bel reprova governador do Maranhão, Flávio Dino

Pastor Bel (PRTB-MA) disse que as mudanças prometidas pelo governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), não se confirmaram. O senador criticou a alta carga de impostos do estado e a falta de atuação no combate às enchentes que afetaram cidades como Marajá do Sena e Tuntum.

Ao afirmar que está nos seus últimos dias de exercício do mandato, Pastor Bel, suplente de Edison Lobão, disse esperar que o Maranhão vença uma das maiores crises de sua história.

— Eu acredito que o Maranhão vai andar no rumo certo, no caminho certo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Especialistas defendem desmatamento zero

Continuação do corte de florestas pode comprometer produção agropecuária e colocar em risco abastecimento de água e energia, disseram convidados de audiência na CDH

O DESMATAMENTO ZERO — proposta que proíbe o corte de floresta nativa em todo o Brasil — não inviabiliza a expansão do agronegócio e o desenvolvimento econômico, afirmaram participantes de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta em questão é a Sugestão Legislativa (SUG) 6/2015, endossada pelo Greenpeace e outras entidades em defesa do meio ambiente e que teve o apoio de mais de 1,4 milhão de pessoas. Hoje o Código Florestal ainda permite alguma supressão de vegetação mediante autorização de órgão ambiental.

De acordo com os debatedores, as atividades de agropecuária não serão afetadas com a aprovação do desmatamento zero, pois elas já dispõem de terras suficientes para produzir sem desmatar. Conforme o MapBiomas (Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil), iniciativa da rede de instituições Observatório do Clima, o Brasil tem hoje 269 milhões de hectares destinados para a agropecuária, a terceira maior



Capiberibe (C) conduz audiência pública com Cristiane Mazzetti, Paulo Moutinho, Rita Mesquita e Tasso Azevedo

área do mundo, atrás apenas da China e dos EUA.

Segundo o coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases do Efeito Estufa do Observatório do Clima, Tasso Oliveira, o caminho é aumentar a produtividade das terras já liberadas para cultivo e pastagem.

— Dobrando a produtividade pecuária é possível aumentar em 50% o rebanho e ainda assim liberar 40 milhões de hectares para agricultura. O Brasil possui um estoque de pelo menos 50 milhões [de hectares] desflorestados para atender as demandas de produção rural e recuperação ambiental pelo menos até 2030 — apontou.

Participantes alegam que o desmatamento, particularmente na Amazônia, continua a ser uma das principais fontes de emissão de gases do efeito estufa no país. De acordo com Cristiane Mazzetti, coordenadora da campanha pelo Desmatamento Zero do Greenpeace, o país perde todos os anos mais de 6 mil quilômetros quadrados de florestas.

— Além de zerar o desmatamento, é preciso restaurar as florestas — defendeu.

A continuação da derrubada de florestas também pode colocar em risco a produção agropecuária, afetar a geração de energia hidrelétrica e o abastecimento de água rural e urbano. Segundo Paulo

Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a floresta funciona ao mesmo tempo como “caixa d’água” e “ar-condicionado” natural.

— Dez por cento de redução na cobertura florestal leva a um aumento de 0,5 grau Celsius em temperatura — exemplificou.

Novo modelo

Durante a audiência, foi consenso entre os participantes a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento do país, hoje centrado em commodities — produtos básicos, em estado bruto ou com baixo grau de transformação, como grãos e carne e

frango in natura. A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), e o relator da sugestão, João Capiberibe (PSB-AP), defenderam a necessidade de incentivos para um modelo de exploração sustentável.

— Infelizmente o desmatamento e a destruição da floresta foram por muito tempo incentivados pelo Estado brasileiro — disse o senador.

A pesquisadora Rita Mesquita, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), sustentou que o modelo de commodities não trará desenvolvimento e que o país tem uma biodiversidade que permitiria outros caminhos.

Para o senador Jorge Viana (PT-AC), já passou da hora de o país incentivar a bioindústria sustentável na Amazônia, com foco na produção de fármacos e cosméticos:

— Não conheço nada que pode gerar mais dinheiro, mas nosso país não enxerga. Não criou uma política de incentivos para ter uma cadeia produtiva que funcionasse.

A SUG 6/2015 precisa ser acatada pela CDH para começar a tramitar como projeto de lei no Senado.

Viana defende Lula e pede ao Supremo que revise a prisão em segunda instância

O Supremo Tribunal Federal terá outra oportunidade de “ser Supremo”, disse ontem Jorge Viana (PT-AC). Ele se referiu à nova análise sobre o cabimento ou não de prisão a partir de condenações em segunda instância, como no caso do ex-presidente Lula.



Para o senador, é preciso rever a possibilidade de prisão antes do trânsito em julgado. Ele citou o papel de liderança de Lula e lamentou que o ex-presidente esteja preso.

— Só ele, como líder político, poderia ajudar a pacificar o país nessa hora.

Para Fátima Bezerra, encarceramento do ex-presidente é um ataque à democracia

Fátima Bezerra (PT-RN) disse ontem que a prisão do ex-presidente Lula é um ataque à democracia e uma espécie de “impeachment preventivo” destinado a controlar o processo eleitoral. Ela disse que acredita na inocência de Lula e classificou a prisão como



inconstitucional, pois o mandado teria sido expedido com velocidade incomum, antes de esgotados os recursos.

— Mas Lula aprendeu a não abaixar a cabeça. Enfrenta seus algozes com a serenidade dos inocentes e a grandeza dos verdadeiros líderes.

“Caçada implacável” transformou petista em preso político, afirma Humberto Costa

Lula é vítima de uma caçada implacável que o transformou em preso político, disse Humberto Costa (PT-PE). O objetivo da perseguição, para o senador, é o desejo de que o ex-presidente fique fora da disputa nas eleições. O senador afirmou que a medida



do STF afetará outros parlamentares que respondem a processos.

— Neste Legislativo, aqueles que daqui a uns dias tiverem seus inquéritos baixados à primeira instância estarão em breve sujeitos a essa interpretação equivocada da Constituição.



Paim (4º à esq.) conduz debate com os ex-senadores Ideli, Emília, Benedita, Fátima Cleide e Donizeti Nogueira

Parlamentares protestam contra a prisão de Lula

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fez ontem uma audiência pública para debater a relação da democracia com os direitos humanos. Com foco na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o debate teve presença dos ex-senadores Donizeti Nogueira, José Nery, Ideli Salvatti, Emília Fernandes e Fátima Cleide, todos ligados a partidos de esquerda.

Fátima Cleide lembrou a trajetória política de Lula. Ela destacou os programas sociais implementados pelos governos do PT e condenou o que chamou de “ódio” por parte das elites. A ex-senadora se disse indignada com a prisão.

Emília afirmou que o Brasil enfrenta um momento desafiador, em que é preciso resgatar o respeito à Constituição e à democracia. Ela criticou

setores da imprensa e da elite e condenou a prisão de Lula.

— Não há crime nem prova. A democracia não pode se curvar diante desses entreguistas que tomaram o governo.

Na visão de Ideli, a conjuntura atual “é difícil e preocupante”. Ela definiu Lula como um líder mundial e defensor dos direitos humanos e disse que o ex-presidente foi condenado sem crime. A ex-senadora cantou trechos das músicas *Juízo Final* e *O Bêbado e a Equilibrista* para demonstrar que ainda tem esperança no país.

A audiência foi uma sugestão de Paulo Paim (PT-RS). Para ele, o momento atual do país é “complexo e triste”.

A presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), destacou texto do presidente da Associação dos Magistrados

do Amazonas, Cássio Borges. O juiz diz “não ser lulista”, mas questiona a falta de provas contra Lula. Assim, para Borges, se não há prova, não há o crime de corrupção passiva.

Os senadores Humberto Costa (PT-PE), Fátima Bezerra (PT-RN) e Paulo Rocha (PT-PA) também participaram. Para Humberto, Lula é “o maior democrata” da história do país, e a melhor maneira de homenageá-lo é seguir lutando. Paulo Rocha disse que Lula se tornou uma ideia e um projeto de país.

O evento teve presença ainda dos deputados Sibá Machado (PT-AC), Wadih Damous (PT-RJ), Paulo Pimenta (PT-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e Patrus Ananias (PT-MG). Benedita, que também foi senadora, se emocionou ao dizer que Lula foi traído.